



NO PARLAMENTO
Observatório do Conhecimento e AdUFRJ ampliam espaços de atuação em defesa das universidades públicas, em Brasília
Páginas 6 e 7

PRESSIONADA, AGU VOLTA A ACEITAR PROGRESSÕES MÚLTIPLAS

Página 3

Jornal da AdUFRJ pergunta:

**COMO
ATRAIR
NOVOS
FILIADOS
PARA O
SINDICATO**



1º DEBATE

29 de agosto . 11h

Sala E-212 . Bloco E

do Centro de Tecnologia



AdUFRJ

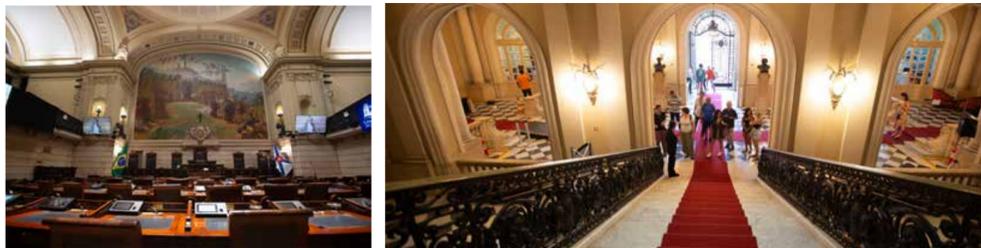
Participe do 1º debate entre as chapas que disputam as eleições para a diretoria da AdUFRJ. O encontro será transmitido via Zoom.

AdUFRJ





FOTOS: FERNANDO SOUZA



ADUFRJ PROMOVE VISITA A PALÁCIOS DA ALERJ E DA CÂMARA MUNICIPAL

Em 2023, o Brasil comemora 200 anos de instituição do poder Legislativo. Também neste ano, o palácio Pedro Ernesto, onde funciona a Câmara de Vereadores do Rio de Janeiro, completa cem anos. Foi lá o ponto de partida do mais recente passeio cultural promovido pela AdUFRJ aos professores sindicalizados.

O prédio foi inaugurado em 21 de julho de 1923 como sede do Conselho Municipal da cidade. Depois, se tornou a ALEG – Assembleia Legislativa do Estado da Guanabara. Passou algumas décadas fechado e só em 1977 passou a sediar a Câmara Municipal da cidade.

No ano que vem, o prédio deixará de ser a sede do Legislativo carioca e deverá ser convertido em museu. A Câmara

dos Vereadores será transferida para o Edifício Serrador, na Rua Álvaro Alvim, também na Cinelândia.

Entre corredores, salas, galerias e plenário, muitas obras de arte que retratam episódios que marcaram a constituição do país. O resultado: uma belíssima aula de história política do Brasil. “Eu estou adorando a visita. O palácio revela que temos uma importante e robusta história”, assinalou o professor Oswaldo Melo, aposentado da Faculdade Nacional de Direito.

Outro edifício quase centenário (em 2026), o Palácio Tiradentes – sede histórica da Alerj – foi o segundo ponto de parada da visita guiada. O historiador Douglas Libório acompanhou as duas visitas e fez importantes intervenções. A mediação dos passeios foi feita pelas equipes dos dois

palácios.

“Uma honra muito grande poder apresentar esses espaços a professores da UFRJ, casa onde me formei”, revelou o historiador. “Trazer os docentes e a população para esses espaços fortalece a educação para a cidadania. São 200 anos de Poder Legislativo no Brasil. É preciso aproximar as pessoas do poder público”, defendeu Douglas, que é autor de “Palácio Tiradentes – Arte e Política no Brasil Republicano”. O livro é uma adaptação de sua dissertação de mestrado.

Os professores que participaram da imersão na vida política do Brasil ficaram encantados. “Foi uma experiência maravilhosa”, agradeceu o professor Enzo Baiocchi, também da FND. “Tivemos acesso a muita informação e com muita profundidade”, disse o

docente, que também elogiou Douglas. “É preciso destacar o brilhantismo desta visita”, sublinhou.

O professor Ricardo Medronho, 2º vice-presidente da AdUFRJ, destacou que a história do Império e da República no Brasil está profundamente ligada ao Rio de Janeiro, fato que transformou a visita em uma intensa aula sobre a história nacional. “Sou muito favorável que a próxima gestão da AdUFRJ continue promovendo atividades como essa. Somos seção sindical do Andes, mas também temos que promover aos nossos filiados atividades que dialoguem com a vida, que tragam interação com colegas, formação, informação de qualidade. Enfim, ações que sejam importantes para as nossas vidas”.

(Silvana Sá)

CONVÊNIOS

Os professores filiados à AdUFRJ contam com um setor de convênios, que firma parcerias com empresas prestadoras de serviços em diferentes áreas (veja relação abaixo). A proposta é oferecer descontos em estabelecimentos como escolas, cursos, academias, clínicas estéticas e de saúde, entre outros. Para mais informações, os interessados podem entrar em contato com Meriane, no tel: (21) 99358-2477 ou pelo e-mail: meriane@adufrrj.org.br.

RIO DE JANEIRO



IBEU



CLUB PET



MAPLE BEAR TIJUCA



MIT CUIDADORES



ACADEMIA TIJUCA FIT



MADONA CLINIC



PSICARE



FISIOTERAPIA RJ LTDA



CRECHE AMANHECENDO



CRECHE ESCOLA RECRIAR



CESTA CAMPONESA DE ALIMENTOS SAUDÁVEIS



ROÇA URBANA ORGÂNICOS



JC LUZ CORRETORA



FLORA ENERGIA SUSTENTÁVEL



BAUKURS CENTRO DE ATIVIDADES CULTURAIS



ESCOLA ALFA



CLÍNICA ESTAÇÃO CORPORAL



HUMANA CLÍNICA MULTIDISCIPLINAR



MAIS FITNESS ACADEMIA



CORPUS CENTRO DE QUALIDADE DE VIDA



INSPIRE ENERGIA SOLAR



KALUNGA PAPELARIA



DROGARIA RAIA

Progressões: AGU muda parecer após pressão

> Advocacia-Geral da União altera interpretação que prejudicava professores e agora concorda com as chamadas progressões múltiplas. AdUFRJ vai solicitar aplicação de novo parecer à reitoria

KELVIN MELO
kelvin@adufrrj.org.br

Uma boa notícia para todos os professores das universidades federais. Após muita pressão da comunidade acadêmica e seguidas derrotas na Justiça, a Advocacia-Geral da União acaba de emitir dois novos pareceres que favorecem a progressão docente. É uma revisão da interpretação restritiva de direitos adotada nos governos Temer e Bolsonaro.

A AGU agora concorda com a progressão múltipla — ou seja, quando o docente acumula mais de um interstício de trabalho

antes de fazer o pedido para avançar na carreira. O órgão do governo também passa a reconhecer os efeitos financeiros das progressões a partir da data do requerimento do professor. Na UFRJ, após resolução do Consuni aprovada no final do ano passado, eles só valem a partir da data da aprovação da banca avaliadora.

A mudança atende a um pleito sindical e institucional. Em março deste ano, as reitoras da Universidade de Brasília, Márcia Abrahão — hoje presidente da Andifes —, e da Federal de Rondônia, Marcele Pereira, já haviam solicitado ao Ministério da Gestão a revisão da interpretação da AGU. A AdUFRJ vem



desempenhando um papel de destaque nessa articulação. “Existe a mobilização de todos

os setores, mas é preciso dizer que há um protagonismo importante da AdUFRJ. Estamos litigando individualmente e coletivamente, produzimos pareceres, estamos atuando para que isso se modifique há muito tempo”, explica o assessor jurídi-

co Halley de Souza. “Ainda não é tudo que defendemos, pois a AGU não reconhece os efeitos financeiros retroativos à data do preenchimento dos requisitos”, completa.

Em reunião agendada com a reitoria nesta terça-feira (29), a direção do sindicato solicitará que pelo menos o novo entendimento da AGU já seja aplicado na UFRJ, a partir de mudanças nas resoluções do Consuni. Mas o sindicato seguirá defendendo, internamente ou na Justiça, que os docentes tenham direito aos efeitos financeiros a partir do momento em que preencherem os requisitos de tempo e produção acadêmica suficiente para avançar na carreira.



CAR@ COLEGA

Conforme aprovado na assembleia realizada dia 28 de junho, a escolha da diretoria e Conselho de Representantes da AdUFRJ biênio 2023-2025 será decidida por voto remoto via sistema Helios.

Para participar da eleição virtual da AdUFRJ, é essencial que os sindicalizados estejam com seus dados atualizados no cadastro do sindicato. Fique atento: o sistema Helios Voting reconhece apenas o Gmail ou um e-mail institucional.

É muito importante que o docente atualize sua unidade. Dessa forma, terá acesso à cédula correta para o Conselho de Representantes.

ENTRE EM:
<https://filiados.adufrrj.org.br/>

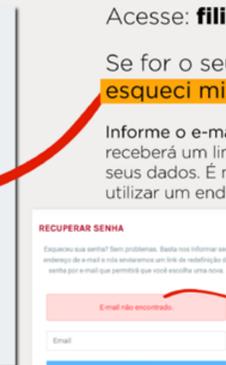
ATUALIZE SEUS DADOS

Nos dias 13 e 14 de setembro serão realizadas as eleições para a Diretoria e o Conselho de Representantes da AdUFRJ. Atualize seus dados para receber todas as informações.

Acesse: filiados.adufrrj.org.br

Se for o seu primeiro acesso, clique em **esqueci minha senha**

Informe o e-mail pelo qual recebe as mensagens da AdUFRJ. Você receberá um link para definir a senha de acesso. Ai, é só atualizar seus dados. É muito importante atualizar a sua unidade. Prefira utilizar um endereço do gmail ou sua conta de e-mail institucional.



Caso apareça a mensagem **E-mail não encontrado** será necessário falar com a equipe da AdUFRJ pelo e-mail: secretaria@adufrrj.org.br ou pelo whatsapp: (21) 99365-4514

No primeiro acesso, o professor deverá clicar em **“esqueci minha senha”** e informar o e-mail pelo qual recebe as informações da AdUFRJ.

Ele vai receber um link para definir a senha. A partir daí, é só atualizar os dados pessoais e profissionais. Caso receba a mensagem **“e-mail não encontrado”**, o professor deverá entrar em contato com a secretaria pelo número de whatsapp **(21) 99365-4514**.



CHAPA 1 – VALORIZAÇÃO & INCLUSÃO



MAYRA GOULART
Presidente

Instituto de Filosofia e Ciências Sociais (IFCS)



NEDIR DO ESPIRITO SANTO
1ª Vice-presidente

Instituto de Matemática



ANTONIO MATEO SOLÉ CAVA
2ª Vice-presidente

Instituto de Biologia



VERONICA MIRANDA DAMASCENO
1ª Secretária

Escola de Belas Artes



RODRIGO NUNES DA FONSECA
2º Secretário

Instituto de Biodiversidade e Sustentabilidade (Nupem)



KAREN SIGNORI PEREIRA
1ª Tesoureira

Escola de Química



MARCIO MARQUES SILVA
2º Tesoureiro

Instituto de Nutrição

COMO ATRAIR NOVOS FILIADOS PARA O SINDICATO ?



O que nos distingue é uma atuação estratégica que almeja ampliar os espaços de diálogo. Rechaçamos o sectarismo daqueles que, ao manter uma posição contínua e irresponsável de puro enfrentamento, logram apenas o fechamento de portas que auxiliariam e permitiriam o aumento da representação e o avanço dos direitos dos professores e professoras. E, com isso, acabam por fortalecer uma visão negativa da sociedade quanto às universidades públicas”.

R: As últimas quatro gestões da AdUFRJ foram pioneiras na construção de um sindicalismo diferente, que combina a luta intransigente em defesa dos direitos docentes à responsabilidade pelo papel social que a universidade pública deve cumprir.

O que nos distingue é uma atuação estratégica que almeja ampliar os espaços de diálogo. Rechaçamos o sectarismo daqueles que, ao manter uma posição contínua e irresponsável de puro enfrentamento, logram apenas o fechamento de portas que auxiliariam e permitiriam o aumento da representação e o avanço dos direitos dos professores e professoras. E, com isso, acabam por fortalecer uma visão negativa da sociedade quanto às universidades públicas, o que fomenta o discurso da extrema direita, que deseja o extermínio da Ciência e, sobretudo, das próprias universidades públicas.

É fundamental que nossa AdUFRJ consiga atrair à filiação os jovens professores e professoras. Esta é uma tarefa árdua,

dificultada pelos baixos salários iniciais em nossa carreira docente e por uma crise que ultrapassa os muros das universidades e permeia todos os sindicatos brasileiros: a queda no número de filiados.

Segundo dados da PNAD/IBGE, a taxa de sindicalização no Brasil em 2012 era 16,1%, caindo para 11,2% em 2019. Em outro levantamento, da OCDE (Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico), em 1975, a taxa de sindicalização era de 33% entre os países membros, e caiu para 16% em 2018. O fenômeno, portanto, é global e perpassa as mais diversas categorias de trabalhadores.

No caso dos docentes, o envelhecimento da nossa base, a redução da renda de aposentados e os baixos salários do início de carreira, resultam na redução no número de sindicalizados. Em nível nacional, o Andes vem observando sucessivas quedas no número de filiados, que passaram de 70,4 mil em 2016, para 64,9 mil em 2023. Na contramão desta situação, a AdUFRJ vem ampliando o quadro de filiados. De 15 de outubro de 2021 até

hoje, são 209 novas filiações, contra 127 desfilições.

Isso é resultado de nosso trabalho e da política acertada da diretoria da AdUFRJ de aproximação junto aos professores recém-ingressos, isentando-os da contribuição financeira durante o período em que estão nos níveis de início da carreira. Do total de novas filiações, 85 são oriundas desta ação. Tal iniciativa deriva de dois entendimentos. O primeiro é que é fundamental acolher os novos docentes, os fazendo “experimentar” a vida sindical. E o segundo é que o baixo salário no início da carreira, muitas vezes, se torna um impeditivo para a filiação.

Cabe salientar que a isenção da contribuição de novos professores foi uma medida duramente criticada por destacados membros do campo de oposição à diretoria da AdUFRJ nas redes sociais. Seguiremos enfrentando a questão da ampliação da sindicalização com criatividade, fazendo do sindicato, além de um espaço de luta em defesa dos nossos direitos, um lugar de acolhimento ao do-

cente, ampliando os serviços ofertados e propiciando momentos de convivência e troca entre os professores. Passos nessa direção já foram dados, com a criação do setor de convênios — há creches e escolas com até 20% de desconto —, com a nova assessoria jurídica e com os eventos propiciados pela AdUFRJ. Além disso, temos um jornal semanal com notícias relevantes da UFRJ, do universo sindical, da ciência, da cultura e da educação.

Também vamos continuar apostando em novos instrumentos de luta, como feito na campanha “Conhecimento Sem Cortes”, e na consolidação do Observatório do Conhecimento, que criam novas frentes de atuação na sociedade civil. Afinal, queremos uma AdUFRJ protagonista dos principais debates sobre o ensino superior brasileiro, como temos feito com a nossa atuação em Brasília.

Por tudo isso, a Chapa 1 irá trabalhar incansavelmente pela filiação tanto de jovens docentes, professores adjuntos, quanto das professoras e dos professores associados e titulares.



CHAPA 2 – MUDAR A ADUFRJ PELA BASE



ALINE CALDEIRA
Presidente

Escola de Serviço Social



CAIO MARTINS
1º Vice-presidente

Faculdade de Administração e Ciências Contábeis



BIANCA PINHEIRO
2ª Vice-presidente

Instituto Alberto Luiz Coimbra (Coppe)



ANDRÉ MEYER
1º Secretário

Escola de Educação Física e Desportos



LETÍCIA CARVALHO
2ª Secretária

Colégio de Aplicação



JORGE RICARDO GONÇALVES
1º Tesoureiro

Faculdade de Educação



LUCIANA PEIL
2ª Tesoureira

Escola de Educação Física e Desportos

COMO ATRAIR NOVOS FILIADOS PARA O SINDICATO ?



A AdUFRJ que, historicamente, teve lugar destacado na história do movimento docente nacional, nos últimos anos deixou de promover esses espaços comuns de encontros e compartilhamentos ao substituí-los, paulatinamente, pelos espaços virtuais, um processo de fetichização tecnológica tão característico do neoliberalismo. O futuro da universidade e a autonomia/liberdade para exercer a sua atividade dependem da organização coletiva”.

R: Nenhum docente é uma ilha. Somos professoras e professores no plural e no coletivo.

Por isso, em meio à ditadura empresarial-militar, uma corajosa geração ousou criar associações de docentes que logo se converteram em espaços de compartilhamentos de vida. As gerações atuais, em outro contexto, vivenciaram experiências duras no governo de extrema direita e, em todo país, sentiram-se acolhidas em suas seções sindicais ao compartilhar espaços comuns (assembleias presenciais fora do período de isolamento, reuniões de unidade etc.) de diálogo, reflexão e de organização das lutas antifascistas e em prol do futuro da educação pública, da ciência e da cultura.

A AdUFRJ que, historicamente, teve lugar destacado na história do movimento docente nacional, nos últimos anos deixou de promover esses espaços comuns de encontros e compartilhamentos ao substituí-los, paulatinamente, pelos espaços virtuais, um processo de fetichização tecnológica tão característico do

neoliberalismo. O futuro da universidade e a autonomia/liberdade para exercer a sua atividade dependem da organização coletiva. Neste exato momento, seções sindicais de todo o país estão convocando assembleias gerais para discutirem com os docentes o posicionamento da categoria em relação às mobilizações dos servidores públicos federais, o que não ocorreu na UFRJ. Queremos uma AdUFRJ que lute pela recomposição salarial e condições de trabalho!

São nesses lugares comuns que conhecemos melhor o significado do fim da aposentadoria integral dos novos docentes que tomaram posse após 4/2/2013, que somente possuem a garantia de aposentadoria do teto do INSS, pois foram jogados na incerteza especulativa e custosa do Funpres, em virtude das contrarreformas da previdência (2003, 2017); a injustiça da perda da paridade entre os ativos e aposentados decorrente da forma de negociação da carreira que resultou na Lei 12.772/2012, responsável pelas imensas perdas no poder aquisitivo dos aposentados.

Jovens docentes são quem mais sofrem com as perdas salariais em uma cidade e estado com condições de vida tão duras quanto o Rio de Janeiro, de modo que a contribuição sindical perde o sentido e passa a pesar no orçamento familiar se não é compreendida como um meio de fortalecimento das lutas por verbas públicas para a educação pública, por melhores condições de trabalho, recomposição salarial e discussões sobre a carreira docente. Vivenciamos um cotidiano de violações aos nossos direitos às progressões, às férias e licenças capacitação, com salas de aula lotadas e precariedade estrutural das unidades. Engendra-se, assim, um cotidiano universitário de práticas a ações que aprofundam o racismo estrutural, o capacitismo e sobrecarregam a prática docente de mulheres mães e demais cuidadores. Não faz sentido uma AdUFRJ que coaduna com ataques às nossas progressões!

Em um contexto de lutas contra o nefascismo e as tentativas de desestabilização de um governo legítimo, é crucial

mudar a AdUFRJ para que os novos docentes vejam sentido na sindicalização. Esta é fundamental para a resistência aos sucessivos cortes de verbas para a educação que, por óbvio, não são recuperados por PPPs e amarras das administrações.

A sindicalização é, portanto, uma via de resgate do sentido do trabalho universitário como um fazer que se realiza em um ambiente comunitário de construção de novos horizontes culturais para o país e para a categoria. A baixa sindicalização dos novos docentes é uma mensagem forte: por que estar em uma entidade que não atende aos anseios da categoria? Como resposta a esse problema foi instituída a isenção da contribuição sindical por dois anos para novos sindicalizados, mas há que se enfrentar o problema de fundo, que é a individualização imposta como valor. Um sindicato autônomo e democrático só existe se houver autonomia financeira para fazer a luta com a contribuição voluntária das/os filiadas/os, fortalecendo os valores de solidariedade e de transformação do porvir do país!

OBSERVATÓRIO CONQUISTA ESPAÇO POLÍTICO EM BRASÍLIA

KELVIN MELO
kelvin@adufrrj.org.br

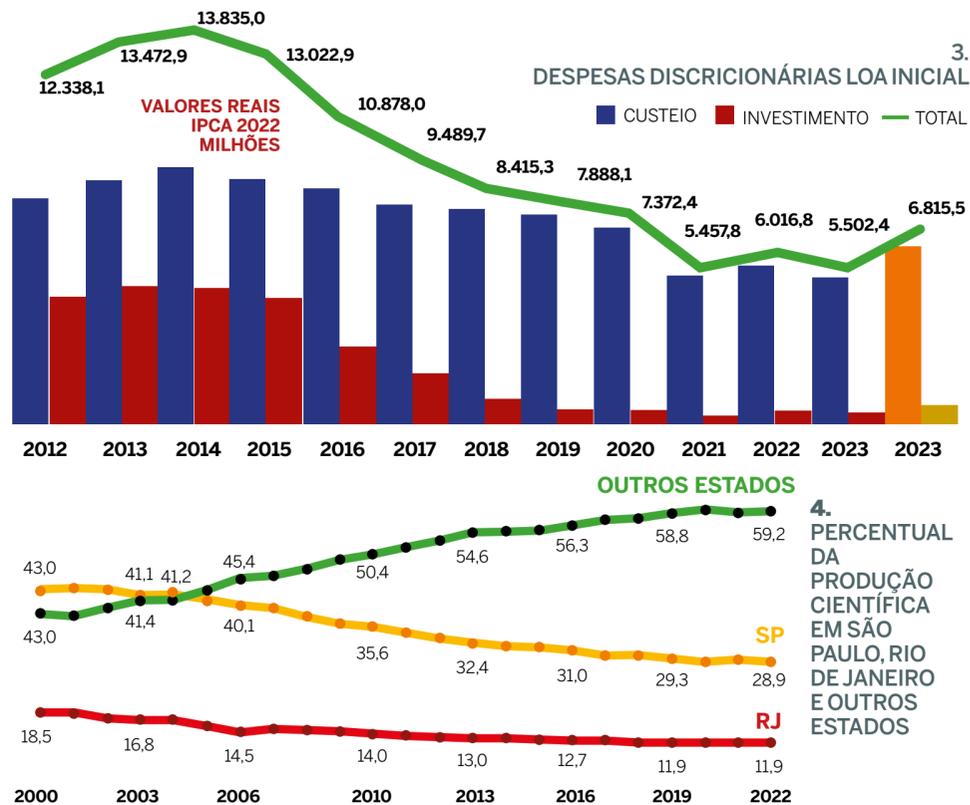
Durante dois dias, Brasília se transformou no centro dos debates sobre o futuro das universidades públicas. Em três audiências públicas na Câmara dos Deputados, representantes dos movimento sindical, estudantil, do governo e da Academia dialogaram com deputados federais sobre eleição de reitores, dificuldades das mulheres cientistas e o papel das instituições de educação superior no combate às desigualdades do país.

Foi a Jornada de Mobilização em Defesa das Universidades Públicas, organizada pelo Observatório do Conhecimento, em 23 e 24 de agosto. E estava todo mundo lá: UNE, ANPG, Andes, Proifes, SBPC, Andifes, Parent in Science, SESu, Capes, MCTI e CNPq. “Foi um sucesso. A gente mostrou que o Observatório consegue articular com todo o campo relativo à universidade”, afirmou a vice-presidente da AdUFRJ e coordenadora da rede de associações e sindicatos docentes, professora Mayra Goulart. “O Observatório se consolida como um ator muito relevante da área não só junto aos tomadores de decisão mas também junto à sociedade civil e seus representantes”.

A empreitada na capital federal culminou com o lançamento da Frente Parlamentar em Defesa das Universidades Pública, liderada pelos deputados Tadeu Veneri (PT-PR) e Ana Pimentel (PT-MG). No mesmo evento, houve a comemoração dos quatro anos do Observatório.

Antes das audiências públicas na Câmara, o Observatório também se reuniu com representantes do governo. No dia 21, houve um encontro com a Diretoria de Programas e Políticas de Educação Superior do MEC. “Cobramos a instalação de uma mesa setorial de negociação para tratar das especificidades da carreira do magistério federal”, disse Mayra. “Levamos a proposta de criação de um grupo de trabalho para lidar com questões como progressões e insalubridade”.

Na mesma data, os representantes do Observatório discutiram com a Secretária Adjunta de Gestão de Pessoas e Relações de Trabalho do Ministério da Gestão, Marilene Alves Filha, como contribuir para a realização de uma pesquisa sobre assédio dentro do serviço público. A reunião contou com a mediação do gabinete da deputada Ana Pimentel.



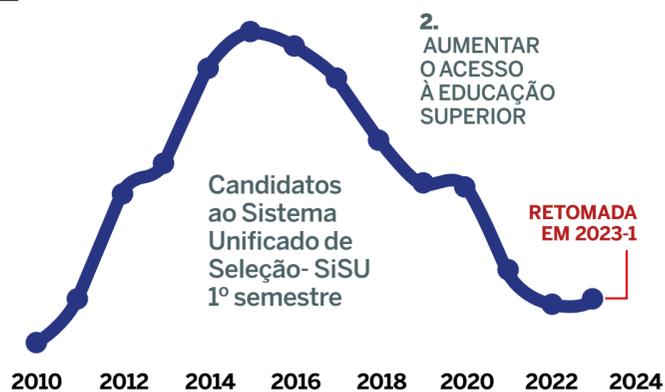
MUITO POR FAZER

Após quatro anos de desgoverno Bolsonaro, o país tem pela frente um árduo trabalho de recuperação das universidades. Secretária de Educação Superior do MEC, a professora Denise Pires de Carvalho enfileirou dados e gráficos que mostram o tamanho do desafio, durante a audiência pública do dia 23. Uma parte deles ilustra esta página.

“O Brasil está muito longe da média da OCDE (Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico, que congrega 35 países), que é de 47% da população mais jovem, entre 25 e 34 anos, com educação superior. Estamos com 23%” (quadro 1).

Para conseguir esse aumento, será preciso muito trabalho de convencimento. “Toda essa política de desqualificar a educação superior fez com que houvesse um decréscimo importante no número de candidatos inscritos no SiSU”, lamentou (quadro 2). “Em 2023, houve uma ligeira retomada”.

Para receber bem esses futuros alu-

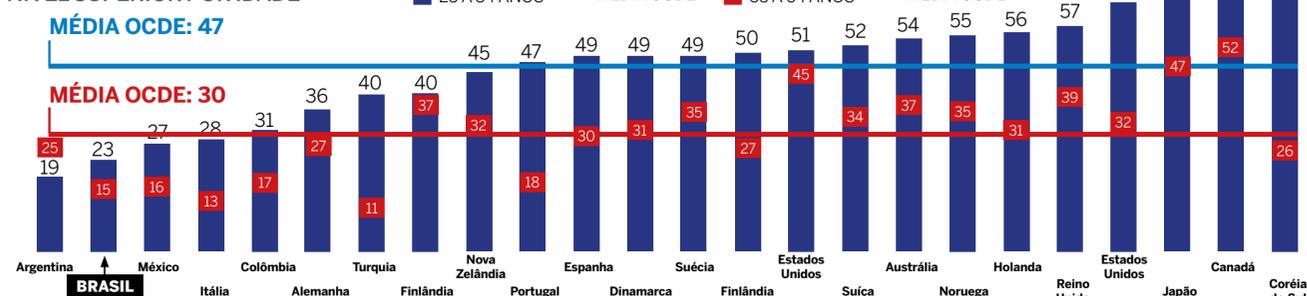


nos, o MEC tenta reverter o sucateamento das instituições públicas federais. “Fizemos a recomposição do orçamento das universidades, dentro do que pôde ser feito, devido à PEC da transição. Conseguimos voltar para valores de 2019 (nominais), mas precisamos voltar para valores reajustados pelo IPCA. Estamos trabalhando para isso (quadro 3).

Apesar de todas as dificuldades, a dirigente trouxe uma boa notícia. A política de

interiorização e expansão das federais (iniciada nos primeiros governos Lula) transformou o mapa da produção científica nacional nos últimos anos. O eixo Rio-São Paulo, que antes concentrava as pesquisas, foi superado pelo conjunto das demais unidades da federação desde 2010, de acordo com levantamento realizado pelo presidente da Fapergs, Odir Dellagostin (quadro 4).

1. PERCENTUAL DA POPULAÇÃO COM NÍVEL SUPERIOR POR IDADE



REITOR ELEITO, REITOR NOMEADO

‘Pelo fim da lista tríplice. Nomear um reitor que não foi escolhido pela comunidade acadêmica não fere apenas a autonomia universitária em seus preceitos constitucionais”, afirmou a vice-presidente da AdUFRJ, professora Mayra Goulart, em uma das audiências do dia 23 na Câmara dos Deputados.

“É um arbítrio que abre flancos para toda sorte de intervenções, que vão muito além da escolha de um dirigente e alcançam a delicada e essencial produção livre de conhecimento e saberes”. A vice-presidente da AdUFRJ representou o Observatório do Conhecimento na mesa que discutiu a autonomia universitária na escolha dos reitores.

A discussão é antiga no meio universitário, mas as 20 intervenções ocorridas durante o governo Bolsonaro (veja quadro) aceleraram a necessidade de mudança da legislação atual. “Tivemos que passar por estes quatro anos para nos dar conta da fragilidade dessa legislação”, disse a professora Francieli Rebelatto, representante do Andes na reunião.

Presidente da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes), a professora Márcia Abrahão concorda. “Para nós da Andifes, é fundamental essa pauta. É uma das prioridades da gestão que acabamos de assumir”, disse.

A proposta da Andifes exige o fim da lista tríplice, mas deixa que cada universidade regulamente o formato da eleição. “Que se pare de chamar de consulta. E que se torne realmente uma eleição. E que o mais votado ou votada seja nomeado ou nomeada, respeitando a autonomia das universidades na forma de decisão”, completou Márcia.

Por parte gestão Lula, as universidades podem respirar tranquilas. “Somos instituições do Estado brasileiro, que não devem sofrer intervenção de nenhum governo”, afirmou a secretária de Educação Superior e ex-reitora da UFRJ, professora Denise Pires de Carvalho. “Há compromisso do atual go-

INTERVENTORES NA REITORIA

Universidades e Institutos Federais que sofreram intervenção durante governo Bolsonaro

1. Universidade Federal Rural do Semiárido (UFersa)
2. Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS)
3. Universidade Federal do Piauí (UFPI)
4. Universidade Federal do Espírito Santo (UFES)
5. Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFTM)
6. Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB)
7. Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM)
8. Instituto Federal de Santa Catarina (IFSC)
9. Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (UNIFESSPA)
10. Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)
11. Universidade Federal da Paraíba (UFPB)
12. Universidade Federal do Ceará (UFC)
13. Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (Unilab)
14. Universidade Federal de Sergipe (UFS)
15. Universidade Federal de Itajubá (Unifei)

Nomeados fora da Lista Tríplice

1. Universidade Federal da Grande Dourados
2. Centro Federal de Educação Tecnológica do Rio de Janeiro (Cefet-RJ)
3. Universidade Federal do Sergipe – nomeada uma interventora temporária
4. Universidade Federal do Vale do São Francisco
5. Instituto Federal do Rio Grande do Norte (IFRN)

verno em nomearmos somente o primeiro colocado da lista, o que tem sido feito”. A dirigente, no entanto, reforça o pleito das comunidades acadêmicas pelo fim da lista tríplice. “Para que não haja mais ameaças a essas instituições de Estado por nenhum governo no futuro”.

Existem 16 projetos em tramitação na

Câmara sobre o tema, mas a esperança de mudança reside no PL 2699/2011, sob relatoria do deputado federal Patrus Ananias (PT-MG). “Ele pretende apresentar seu parecer, em no máximo 15 dias, à comissão de Educação”, informou a deputada federal Ana Pimentel, também do PT mineiro.

É MAIS DIFÍCIL PARA ELAS

Descaso da Academia com a maternidade, sub-representação em cargos de liderança acadêmica, menor número de contratações e assédio. Os problemas que as pesquisadoras enfrentam no cotidiano das universidades e institutos de pesquisa foram o destaque da última audiência pública organizada pelo Observatório do Conhecimento na Câmara dos Deputados, no dia 24.

Apesar da média nacional de inserção das professoras nos programas de pós-graduação girar em torno de 42%, a participação feminina é ainda menor nos doutorados acadêmico e profissional: 38% e 35%, respectivamente. “As mulheres estão menos envolvidas como docentes nos níveis mais altos da formação dentro da pós-graduação”, informou a presidente da Capes, professora Mercedes Bustamente. “Há uma defasagem. Elas já são a

maioria entre os titulados no doutorado desde 2003, mas as universidades têm contratado menos mulheres através do concurso público”, completou.

Reitora da Universidade Federal de Pelotas e representante da Andifes na reunião, a professora Isabela Fernandes Andrade relatou uma medida que tenta contribuir para a mudança deste cenário. “A gente instituiu em 2022 uma resolução de que a banca examinadora (de concurso público para docente) passou a ser diversa. Ou seja, há uma exigência de ter ou uma mulher ou um negro ou um indígena na banca”, disse. “Porque o olhar é diferenciado quando a gente tem uma banca somente de homens em relação aos possíveis candidatos ou candidatas que estão em exame”.

Além da pós, a dirigente lembrou o menor número de mulheres em posições de chefia nas universidades. “Nós ainda somos muito poucas reitoras em uni-

versidades federais, assim como nos demais cargos de liderança”.

O assédio é um fator que dificulta esta chegada ao topo. “Não só assédio sexual, mas também o assédio moral, que são muito comuns e são colocados como uma coisa normalizada no nosso ambiente acadêmico”, criticou Cristiane Ferreira Alves de Brito, representante da SBPC. “Eles afetam negativamente a carreira das mulheres e a capacidade de formação de redes, de networking”.

Já a maternidade das pesquisadoras não recebe a devida atenção da Academia. Eles são tachadas como pouco produtivas e sofrem mais dificuldades para conseguir financiamento. “Eu vivi isso na minha carreira. Engravidar no meio do meu doutorado e atrasei a minha meu pós-doc no exterior por quase 18 anos”, contou. “Quando meu filho fez 18 anos, ele foi comigo para o exterior. Então certamente esse impacto da maternidade na vida profissional é ao longo de toda a carreira”, completou a representante da SBPC.



DEPUTADA Ana Pimentel (de vermelho) com a diretoria da AdUFRJ em Brasília

LANÇADA FRENTE EM DEFESA DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS

Um dos pontos altos da programação de Brasília foi o lançamento da Frente Parlamentar em Defesa das Universidades Públicas, que já conta com 201 deputados e senadores, na noite de 23 de agosto. O evento também comemorou os quatro anos do Observatório do Conhecimento.

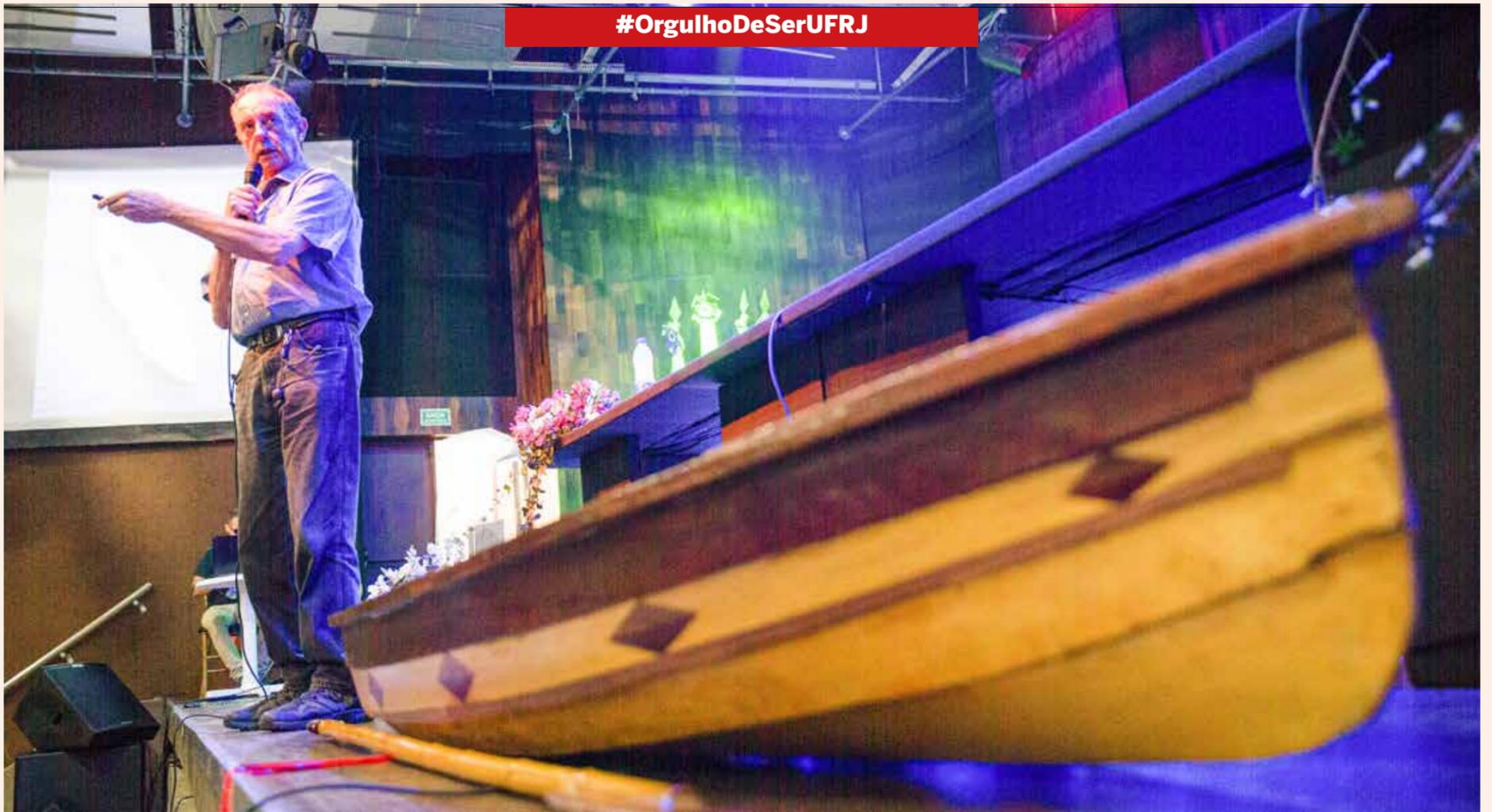
“Temos um grande desafio. Primeiro, enfrentarmos aquilo que ficou como rastro de destruição no nosso país, movido pelo ódio, pela negação da ciência”, afirmou o deputado federal Tadeu Veneri (PT-PR), que assume a liderança da frente, em parceria com a deputada federal Ana Pimentel (PT-MG). “Vamos fazer dessa frente certamente um apoio às comissões e também um espaço para que possamos debater. É uma noite de festa, mas também de compromisso. E esse é o compromisso: defender a universidade pública, porque ela é estratégica”, completou o parlamentar.

A frente já nasce com a tarefa de ampliar as receitas das universidades federais na formulação do orçamento de 2024 — o governo entrega ao Congresso esta semana a proposta de gastos do ano que vem. “Sem dúvida alguma pretendemos atuar de maneira forte na recomposição e no incremento do orçamento da educação superior”, afirma a deputada Ana Pimentel, que é professora licenciada da Universidade Federal de São João Del-Rei. “Essa questão esteve muito destacada nas audiências públicas, quando tratamos do papel estratégico que universidades e institutos federais devem ter na transformação social que almejamos, e na consolidação desse projeto de desenvolvimento do país”.

Vice-presidente da AdUFRJ e coordenadora do Observatório do Conhecimento, a professora Mayra Goulart comemorou o sucesso da iniciativa. “O evento superou muito as nossas expectativas, tanto em comparecimento dos deputados quanto em engajamento deles com o tema”, disse. “Representantes de boa parte da comunidade acadêmica se comprometeram com o lançamento da Frente e estavam lá também para comemorar os quatro anos do Observatório. A entidade se mostra cada vez mais respeitada e reconhecida por aqueles que estão preocupados com a produção de conhecimento no país”.

COMO FUNCIONAM AS FRENTE PARLAMENTARES?

A cada legislatura, os congressistas criam ou recriam frentes para que deputados e senadores possam atuar de forma conjunta em relação aos mais variados temas. Cada grupo precisa contar com pelo menos 198 assinaturas, o equivalente a um terço do Congresso Nacional, somando deputados e senadores. Elas não funcionam como órgãos da Câmara ou do Senado, mas podem desempenhar um papel mais amplo que os partidos na interação com a sociedade civil ou com o governo.



Amyr Klink reforça valor dos saberes tradicionais

> Diante de um auditório lotado e de uma plateia entusiasmada, o navegador passou importantes lições para as novas gerações que prestigiavam aula inaugural do curso de extensão Estaleiro Escola

AMYR KLINK/DIVULGAÇÃO



IGOR VIEIRA
comunica@adufrj.org.br

“O que importa na vida não é quanto dinheiro temos, quantos aviões, apartamentos, mas sim as histórias que criamos”, contou o navegador e escritor Amyr Klink, sobre o que aprendeu ao viver pelo lema de “navegar é preciso”. “Espero que vocês construam uma grande história com o ‘Estaleiro Escola’”, completou, diante de uma plateia lotada e emocionada, durante aula inaugural do curso de extensão Estaleiro Escola, da universidade.

No auditório Horta Barbosa, do Centro de Tecnologia (CT), desembarcaram dois tipos de mestres, do mar e da academia: os professores da UFRJ, que vão atuar na extensão, e os pescadores, mestres nas tradições, que as transmitirão aos alunos, também presentes.

A aula inaugural aconteceu no dia 21 de agosto. Atenta, a plateia ouvia os ensinamentos de Amyr Klink, primeiro navegador a fazer a travessia do Atlântico Sul a remo, em 1984. As aventuras pelos mares o levaram a navegar também pelas letras. Hoje, aos 67 anos, Klink é autor de cinco livros e um dos palestrantes mais bem-sucedidos do país.

Amyr Klink deu uma aula com suas

histórias de marinheiro. “Velejando na Antártica, eu descobri a importância do tempo, para não morrer congelado. O tempo também é necessário para não deixar o conhecimento morrer, e essa é a missão do Estaleiro Escola”.

A fina arte de construir embarcações tradicionais o fizeram lembrar de outra boa história: “Me criticaram por não ter feito um barco moderno, e sim um tradicional, com duas proas, que mais parecia um ‘bote do litoral do Maranhão’”, lembrou Klink sobre sua travessia do Atlântico Sul. “Os projetistas da Noruega e Suécia não entendem algo óbvio para os pescadores do Ceará: além de navegar, o barco também tem que ficar parado, possibilitando a pesca. É preciso saber receber o mar”, afirmou.

A importância do saber tradicional foi, então, outra lição aprendida em alto-mar pelo navegador, que defendeu a união desses saberes com o conhecimento científico da universidade. “Embarcações aparentemente simples escondem uma sabedoria e conhecimento que às vezes não há na universidade”, disse Klink, que dividiu o palco com uma canoa de casco trincado, construída pelo Mestre Gilson, pescador da equipe de extensão.

Ao fim da palestra, Amyr Klink comentou a polêmica que atravessou os sete mares: ele não emprestou o seu barco para a própria filha fazer sua primeira travessia. “Eu teria perdido minha filha e meu barco, e eu gosto dos dois”, contou, aos risos. “Hoje, ela fez três navegações em solitário, após entender a importância de aprender com quem sabe fazer”, concluiu.

Para ele, o interesse da filha também é uma lição. “Quando fazemos algo bem feito, com entusiasmo e amor, contagiamos as pessoas ao nosso redor. Minha

FOTOS: FERNANDO SOUZA



família não queria mais me observar da costa, e agora me acompanha nas viagens”, afirmou.

A vice-reitora Cassia Turci elogiou a trajetória do palestrante. “Não basta só o conhecimento técnico, devemos agregar

outras qualidades, como empatia e entusiasmo”. Outros importantes nomes da universidade fizeram parte da mesa de abertura do curso. Entre eles, o decano do CT, Walter Suemitsu, e a pró-reitora de Extensão, Ivana Bentes.

TRADIÇÃO E ACADEMIA NAVEGAM JUNTAS

Para manter o conhecimento tradicional vivo, o projeto Baía Viva se uniu ao Núcleo Interdisciplinar para o Desenvolvimento Social (NIDES), órgão do CT, e com a Associação de Pescadores Livres de Tubiacanga (APELT), para utilizar o Hangar Náutico da universidade. No curso de extensão “Estaleiro Escola”, os pescadores, unidos aos professores da UFRJ, vão ensinar os estudantes a construir embarcações como as feitas por pescadores e ribeirinhos no Brasil.

O palestrante Amyr Klink disse que

se sentiu entusiasmado ao visitar o Hangar Náutico da UFRJ, juntamente com o responsável do local, Ocione José Machado, e os professores Maurício Oliveira, do campus de Macaé, e Felipe Addor, do NIDES, ambos coordenadores pedagógicos do projeto.

O curso de extensão recebeu uma enorme quantidade de pedidos de matrículas e esgotou rapidamente as 30 vagas oferecidas. Devido ao sucesso e à importância do curso, o NIDES já se organiza para oferecer novas turmas.